Assembleia de Freguesia de Ega

Ata

Reunião da Assembleia de Freguesia

15/12/2022

Ata

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício da União Desportiva de Casével, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Ega, sob presidência de Daniel Tomé Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia;
2 – Intervenção do público;
3 – Período antes da ordem do dia;
Ordem do dia:
4 – Apreciação e votação do Orçamento e PPI;
5 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal;
6 – Informação do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Daniel Tomé Gonçalves, Daniel Pratas, Dina Melro, Paulo Vitorino Gonçalves, Ramiro da Costa Braz, Amândio Cravo, Deonilde Dias e Helena Gonçalves. Por parte do executivo da junta esteve presente o Presidente Rodolfo Silva, a Secretária Isabel Santos e a Tesoureira Paula Mendes. O deputado Hugo Ferreira não compareceu na sessão tendo justificado a sua ausência.

O Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão saudando os presentes. Teve, então, início o ponto um, leitura e votação da ata da última Assembleia de Freguesia. Uma vez que a ata foi disponibilizada, previamente, aos membros da assembleia, foi questionado pelo Presidente da Assembleia se os presentes prescindiam da leitura da mesma, situação à qual ninguém se opôs. Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se ao ponto dois, intervenção do público. Tomou a palavra o cidadão Manuel dos Santos da Costa Branco, de Casével, para dizer que quando vamos para umas eleições, andar a entregar papeis só para se ganhar, isso não é certo. Referiu que temos de fazer parte de uma lista para trabalhar em conjunto com a Junta de Freguesia. Concluiu referindo que cada um tem de fazer parte da lista, mas para trabalhar e saber o que é preciso em todos os lugares da freguesia.

O Presidente da Assembleia respondeu que, como se via, todas as forças políticas eleitas estavam representadas na sessão da assembleia, à exceção do deputado da CDU que tinha justificado a sua ausência. O Presidente da Junta também usou da palavra para afirmar que concordava plenamente com o que foi dito, referindo que quando nos candidatamos e quando nos colocamos nestas posições, temos de trabalhar todos os dias.

De seguida, passou-se ao ponto três, período antes da ordem do dia. Tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para dizer que na Rua das Pinheirinhas, na Ega, existe uma zona em que faltam candeeiros tendo referido que se trata de uma zona muito escura e que é muito usada para a

realização de caminhadas. Alertou, também, para a presença de lixo acumulado na zona da antiga pedreira dos Motas, na estrada que liga a Ega à Rebolia.

De seguida, tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para felicitar o executivo da Junta de Freguesia pelo trabalho que tem desenvolvido. Referiu que o executivo continua a demonstrar toda a sua dinâmica, que vem desde o início do mandato, nomeadamente na realização da limpeza das vias, na dinamização do associativismo, na presença junto das pessoas, na boa organização da Feira Anual de S. Martinho, tendo realçado, em particular, o recente período de cheias referindo que viu a presença de elementos da junta a tentar menorizar eventuais problemas que pudessem surgir. Aproveitou, também, para realçar a proposta do Kit Escolar, que constava do programa eleitoral do executivo, tendo referido que após um ano de mandato e no início do segundo período letivo este projeto estava implementado, lembrando que quando este executivo entrou em funções o período letivo estava praticamente a meio. Questionou, de seguida, quantos alunos foram abrangidos por esta medida e qual o custo total da mesma. Por fim, e em relação à questão levantada pela deputada Deonilde Dias referente ao lixo acumulado na zona da antiga pedreira dos Motas, afirmou que o que se passa nesse local trata-se, essencialmente, de falta de civismo das pessoas tendo referido que é um local crítico, onde a junta já efetuou vários trabalhos de limpeza, mas as pessoas não respeitam a limpeza do espaço.

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves para referir que o dispensador de álcool gel no Cemitério da Ega se encontrava vazio. Concluiu a sua intervenção alertando para a necessidade de limpeza da berma da estrada na zona do cruzamento da estrada de Casével com a estrada nacional 347, do lado esquerdo, ressalvando que não se trata de uma responsabilidade direta da junta, referindo, contudo, que em virtude da segurança rodoviária, a limpeza naquela zona é muito necessária.

De seguida, tomo a palavra o deputado Amândio Cravo. Iniciou a sua intervenção referindo que na passada sessão da Assembleia de dia 30 de setembro de 2022, o Presidente da Assembleia, quando questionado sobre o envio da informação pelo Presidente da Junta, acerca da atividade desta e da sua situação financeira, respondeu que: "compreende a lei invocada, remeteu para a Lei 5A – 2002, de 11 de janeiro, referiu que a informação foi enviada e que tudo estava esclarecido". O deputado Amândio Cravo prosseguiu a sua intervenção referindo que a primeira lei sobre este assunto foi a Lei 169/99, de 18 de setembro, tendo existido, posteriormente, vários artigos revogados, nomeadamente pela Lei 5A – 2002 de 11 de janeiro que, de igual modo, teve outros artigos revogados pela Lei 75/2013 de 3 de setembro, mas que qualquer uma destas leis não alteraram em nada o assunto em questão. O deputado Amândio Cravo referiu que todas estas leis mencionam o envio da documentação com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data de início da sessão. Afirmou que a questão da lei é um não problema tendo referido que, ou se cumpre o prazo ou, se não se cumpre, deve-se referir o motivo da falha de forma que, se possível, seja corrigida. Afirmou que, mais uma vez, a informação escrita do Presidente da Junta foi recebida pelos membros da Assembleia com uma antecedência de dois dias sobre a data da sessão tendo questionado o Presidente da Assembleia se este tinha recebido essa informação escrita do Presidente da Junta com uma antecedência mínima de cinco dias e, se sim, por que motivo não foi enviada aos demais deputados com essa antecedência.

Prosseguiu a sua intervenção referindo que o site da Junta de Freguesia, apesar de algumas áreas atualizadas, nomeadamente a área dos Orçamentos e das Contas de Gerência, estas carecem de alguma organização tendo sugerido a criação de pastas para organizar os documentos por anos. Disse que, porém, há áreas no site que necessitam de muita atenção. Mencionou a área da Agenda tendo referido que possui informação completamente obsoleta e que se trata de uma área que não carece de

criação de histórico. Referiu, também, que na área da Assembleia de Freguesia, a última ata que lá consta tem cerca de um ano sendo referente à sessão de 20 de dezembro de 2021 afirmando, também, que a informação deveria ser organizada em pastas por ano. Quanto às atas do executivo disse que a última que consta no site refere-se à reunião de 01 de julho de 2022 afirmando que, nesta área, porém, a informação está minimamente organizada por anos existindo, contudo, espaço para melhorar. Prosseguiu a sua intervenção referindo que na área de Editais era o puro caos afirmando que não há necessidade de disponibilizar informação deste género com data superior a um ano tendo referido que existem lá editais *ad aeternum*. Continuou referindo a área denominada por Execução Orçamental tendo mencionado que constam aí apenas dois documentos, datados de 2017, que não possuem qualquer informação. Por fim, e mudando de assunto, concluiu a sua intervenção questionando qual o motivo de um apoio pecuniário, dado pela Junta de Freguesia à Associação Humanitária dos Bombeiros de Condeixa, no valor de mil euros, tendo referido que se trata de uma associação que recebe diretamente do orçamento camarário.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia para responder ao deputado Amândio Cravo acerca da questão do prazo de envio da informação escrita do Presidente da Junta. Referiu que foi tornado público, com oito dias de antecedência, a hora, o local e a respetiva ordem de trabalhos da Assembleia de Freguesia e enviada a respetiva correspondência com dois dias de antecedência, tendo-se cumprido os prazos estipulados.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para esclarecer que, de acordo com o nº 2 do artigo 53º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação. Referiu que, de acordo com o exposto, a referida documentação foi enviada dentro do prazo. O deputado Amândio Cravo retorquiu afirmando que estavam confundidos e que o que o Presidente da Junta disse era uma coisa, mas que a informação sobre o que foi feito e sobre a posição financeira da Junta de Freguesia, que deve ser enviada ao Presidente da Assembleia, é outro assunto diferente.

O deputado Daniel Pratas usou da palavra para contrapor referindo que a informação do Presidente da Junta faz parte da ordem do dia e, portanto, está abrangida pelo prazo indicado no artigo referido pelo Presidente da Junta, nomeadamente o nº 2 do artigo 53º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, ou seja, trata-se de um prazo mínimo de envio de dois dias úteis. O deputado Amândio Cravo opôs-se argumentando com o artigo 9º, nº 2, alínea e) da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro que refere que é competência da Assembleia de Freguesia apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a qual deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia com a antecedência de cinco dias sobre a data de início da sessão.

O Presidente da Assembleia respondeu que se tem baseado no que acha correto e que se o deputado Amândio Cravo não concorda então que envie uma comunicação para a Assembleia de Freguesia que será, posteriormente, encaminhada para parecer da CCDR. No seguimento disto, o deputado Daniel Pratas usou da palavra para questionar ao deputado Amândio Cravo onde é que estava escrito, no referido artigo 9º, nº2, alínea e) da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro, que o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia tinha de enviar aos membros do órgão a informação escrita do Presidente da Junta com uma antecedência mínima de cinco dias. O deputado Amândio Cravo respondeu que a sua questão foi por que motivo o Presidente da Assembleia, se recebe essa informação com uma antecedência mínima de cinco dias, não a enviou aos restantes membros com essa antecedência.

O deputado Paulo Gonçalves usou da palavra para dizer que o deputado Amândio Cravo estava a referir-se a uma questão de prazo na comunicação entre o Presidente da Junta e o Presidente da Assembleia afirmando que, após a receção dessa informação, o Presidente da Assembleia tinha até dois dias úteis antes da sessão para a enviar aos restantes membros do órgão. Por fim, o Presidente da Assembleia deu este assunto como encerrado tendo dito, de novo, ao deputado Amândio Cravo que se este não concorda com alguma coisa neste procedimento que elabore uma carta dirigida à Mesa da Assembleia para posterior reencaminhamento para parecer da CCDR.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às restantes questões colocadas. Quanto à zona com falta de candeeiros na Rua das Pinheirinhas, na Ega, respondeu que é um problema já identificado, inclusivamente com a presença no local do Presidente de Câmara e do Vereador António Ferreira. Em relação ao lixo depositado na zona da antiga pedreira dos Motas, respondeu que a Junta, no presente ano, já levou a cabo uma série de ações de limpeza tendo mencionado, como exemplo, a limpeza realizada junto à passagem por cima da auto-estrada que levou três dias de trabalho a executar. Referiu que, posteriormente, existiu outro despejo num caminho junto ao cruzamento da Serrazina para o Sangardão tendo a junta procedido, novamente, à limpeza do local. Acrescentou que houve duas situações em que existiam, no local, dados concretos que permitiram descobrir quem tinha efetuado os despejos e, nesses casos, foi efetuada denúncia ao SEPNA e passado pouco tempo os locais estavam limpos. Referiu que na situação mais recente, junto à Serrazina, e noutra situação agora encontrada, na Rebolia, não foi possível identificar quem tinha efetuado os despejos tendo dito que, inclusivamente, existiam aí depositados produtos químicos, nomeadamente fitofarmacêuticos. Referiu que, nestas situações, a junta tem procedido sempre à limpeza desses locais.

Quanto ao projeto do Kit Escolar esclareceu que foram abrangidas cerca de 50 crianças, das quais 35 da Escola Básica da Ega e as restantes são da freguesia, mas frequentam outras escolas básicas. Informou, ainda, que existiu uma criança beneficiária do Jardim de Infância da Ega, para a qual foi aberta uma exceção, tratando-se de uma família nigeriana que veio viver para a freguesia e que apresenta algumas dificuldades, tendo a Associação de Pais do Jardim de Infância efetuado um pedido para que fosse cedido algum material escolar a essa criança, pedido esse que foi aceite pela Junta. Quanto ao custo, o Presidente da Junta informou que cada kit tinha um custo de cerca de 14,40€ pelo que se tratou de um investimento total na ordem dos 720,00€.

Em relação à questão do dispensador de álcool no cemitério da Ega respondeu que têm mantido essa reposição tendo referido que todas as semanas, salvo raras exceções, o pessoal da Junta efetua a manutenção dos cemitérios e tem abastecido os dispensadores de álcool. Referiu que, contudo, poderia ter existido, entretanto, um consumo excessivo, no entanto ressalvou que os dispensadores de álcool continuam a estar ao serviço e continuam a ser carregados.

Quanto à limpeza do cruzamento da estrada Casével-Belide referiu que o mesmo já foi limpo, este ano, na altura do Verão, pela Infraestruturas de Portugal, na mesma altura em que a Junta andava a executar a limpeza das ruas em Casével. Referiu que, contudo, já por mais do que uma situação, a Junta teve de fazer a vez da Infraestruturas de Portugal na execução desses trabalhos, tendo dado como exemplo a limpeza no Casal da Torre, na Ega, na zona da cortada para a estrada da Várzea e das Curtas, ondem crescem muitas canas e há maior necessidade de cortar devido à saída de veículos mais lentos, nomeadamente tratores, que demoram um pouco mais a entrar na faixa de rodagem. Disse, também, que todos nós podemos efetuar denúncias à Infraestruturas de Portugal, existindo um formulário específico para o efeito, relacionadas com intervenções que sejam da responsabilidade da empresa. Disse que esse sistema funciona e que, recentemente, tinha efetuado três denúncias tendo recebido, no presente dia, um telefonema do fiscal que anda na nossa zona para aferir dessa situação.

Disse que, no entanto, a Junta já tinha resolvido a situação, que se prendia com um problema de escoamento no túnel que vai para a Arrifana, por baixo do IC2.

Quanto à questão da atualização do site da Junta respondeu que já tinha sido feita uma limpeza ao site, pouco tempo após o início do mandato. Referiu que, algumas coisas mencionadas, são uma opinião que o deputado Amândio Cravo está a dar, nomeadamente em termos de organização, outras coisas referidas, podem, ou não, ser feitas, tendo ressalvado que o site da Junta é um site já com alguns anos que não tem a praticabilidade e organização que os sites mais modernos apresentam. Em termos de documentação disse que iam verificar o que está lá e se está, ou não, no sítio errado, tendo relembrado que já no presente ano o deputado Amândio Cravo tinha abordado este tema e disse que as coisas estavam resolvidas, tendo o Presidente da Junta afirmado que acha estranho que, agora, tenham desaparecido documentos.

Quanto à questão do apoio pecuniário dado à Associação Humanitária dos Bombeiros de Condeixa, o Presidente da Junta disse ao deputado Amândio Cravo que, sinceramente, não tinha percebido a questão colocada. Afirmou que os bombeiros são apoiados pelo estado, pelas autarquias locais, assim como as demais associações que também são apoiadas pelas autarquias locais, tendo referido que existe a tradição de as freguesias do concelho, não só a da Ega, pela altura do aniversário dos Bombeiros de Condeixa, darem algum tipo de contributo, material ou pecuniário, tendo informado que o apoio dado pela Junta da Ega estava em linha com os apoios dados em anos anteriores. Referiu que a Junta deu o apoio pecuniário e a Associação dos Bombeiros fez questão de comprar equipamento com esse dinheiro, que neste caso se tratou da compra de equipamento para descarga de baterias de carros elétricos em situações de acidente. Prosseguiu a sua intervenção afirmando que os Bombeiros de Condeixa estão sempre disponíveis para nos ajudar, tendo realçado o facto de que na última Feira de São Martinho eles estiveram presentes com uma ambulância, em prevenção, e não cobraram nada à Junta. Concluiu a sua intervenção referindo que a Junta de Freguesia da Ega é sócia da Associação Humanitária dos Bombeiros de Condeixa, com quotas pagas, e, portanto, decidiu dar um apoio pecuniário a essa associação, que o solicitou, assim como outras associações da freguesia, e também de fora da freguesia, lhes têm solicitado, tendo referido que existem associações de fora da freguesia, mas que desenvolvem algum tipo de intervenção na população da freguesia, que por vezes também têm pedido algum tipo de apoio.

De seguida, o deputado Amândio Cravo usou da palavra para referir que, de facto, já tinha abordado o assunto da atualização do site há cerca de um ano, mas que, agora, não se tratava de uma mera opinião, mas sim de uma evidência tendo deixado o desafio para se comparar o site da Junta com os sites de outras Juntas, a nível nacional, para se ver a diferença. O Presidente da Junta respondeu que, hoje em dia, este tipo de sites, em termos de meios de comunicação, principalmente de informação de agenda, são muito obsoletos existindo outros meios de comunicação mais utilizados.

Seguidamente, passou-se ao ponto quatro da ordem do dia, apreciação e votação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (PPI). O Presidente da Junta tomou a palavra referindo que as coisas não divergem assim tanto de uns anos para os outros. Referiu que o orçamento apresentado tem em consideração os requisitos legais aplicáveis, o Orçamento de Estado de 2023 e os Acordos de Transferência de Competências, o histórico dos anos anteriores, principalmente do ano que passou; o mapa de pessoal, os compromissos previamente assumidos, a recolha das necessidades existentes e o contexto económico global, principalmente a questão da guerra da Ucrânia e o aumento da inflação.

Continuou a sua intervenção referindo que o orçamento para 2023 era de 187.060,00€, o que representava um crescimento de cerca de 4.15% face a 2022. Prosseguiu a sua intervenção abordando os principais tópicos do orçamento em análise. Em relação à receita, referiu os impostos indiretos

(6.000,00€), as taxas e multas (3.910,00€), que se desdobram na rúbrica de canídeos (1.050,00€) e de cemitérios (2.860,00€); os rendimentos de propriedade (6.010,00€), onde se inclui juros (10,00€) e rendas de terrenos (6.000,00€); as transferências correntes (156.490,00€), onde se inclui o Fundo de Financiamento das Freguesias que aumentou para 84.721,00€ e fez subir esta rúbrica global; as vendas de bens e serviços correntes (13.650,00€), tendo referido, ainda, as rúbricas abertas com valores indicativos de transferências de capital – Município com 1.000,00€, outras receitas – indemnizações com 10,00€ e receita não efetiva, também com um valor de 10,00€. Concluiu a apresentação do orçamento da receita referindo que cerca de 84% do valor total é proveniente da rúbrica de transferências correntes e que essa rúbrica teve um aumento de cerca de 5.5% face ao ano anterior, ao contrário da rúbrica de vendas de bens e serviços correntes que teve um decréscimo de 4.87% face ao ano anterior.

Passou, de seguida, a apresentar o orçamento da despesa. Abordou as principais rúbricas do documento, nomeadamente as despesas com pessoal (60.440,00€), onde se inclui as remunerações (47.130,00€), os abonos variáveis ou eventuais (1.600,00€) e a segurança social (11.710,00€), tendo referido que é uma classe de despesa com um peso significativo e que reflete, também, o aumento dos salários da função pública. Prosseguiu a apresentação referindo a rúbrica de aquisição de bens e serviços (54.610,00€), que inclui um valor de 21.910,00€ para aquisição de bens e um valor de 32.700,00€ para aquisição de serviços, tendo referido que aqui se inclui, por exemplo, serviços fixos como a despesa com a ginástica, com o serviço de coveiro e outros serviços que seja necessário subcontratar. Mencionou, também, a rúbrica de juros e outros encargos (10,50€) e de transferências correntes (15.000,00€), que inclui a rúbrica de instituições sem fins lucrativos (4.000,00€) que contempla, por exemplo, os apoios pecuniários prestados às associações, e a rúbrica de programas ocupacionais (11.000,00€) que contempla os contratos de emprego-inserção (CEI). Mencionou, por fim, a rúbrica de aquisição de bens de capital (57.019,50€) onde se inclui um valor de edifícios (3.000,00€), de construções diversas (11.000,00€), de equipamento de informática (300,00€), de software (500,00€), de equipamentos administrativos (1.500,00€), de equipamento de recolha de resíduos (36.469,50€), já com contrato assinado, um valor de "outro" (3.250,00€) e um valor para ferramentas e utensílios (2.000,00€). Quanto ao orçamento da despesa, referiu que a maior rúbrica diz respeito à despesa com o pessoal, com um peso de 32% do valor total, seguida da rúbrica de aquisição de bens de capital, com um peso de 31% do valor total. Comparando com 2022, o Presidente da Junta informou que a rúbrica de despesas com pessoal aumentou 12.44%, a aquisição de bens e serviços aumentou 20% e as transferências correntes aumentaram 7.14%. No sentido inverso, a rúbrica de aquisição de bens de capital diminuiu 14.1% face a 2022.

O Presidente da Junta concluiu a apresentação abordando o Plano Plurianual de Investimentos tendo referido que transitará para 2023 o projeto Eco.Juntar + tendo ressalvado, contudo, que já foram assinados alguns contratos com parte dos fornecedores que ainda poderão ser faturados no presente ano, mas que, grosso modo, será um projeto que transitará para 2023. Quanto ao Mapa de Pessoal informou que, infelizmente, se manterá com apenas duas pessoas tendo referido que era bom se fosse possível adicionar um assistente operacional, mas que para já não estão reunidas as condições, tendo afirmado que assim que estejam será um assunto a equacionar.

De seguida, tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para colocar algumas questões relacionadas com a apresentação do orçamento. Referiu que na rúbrica de terrenos, na receita, o valor de 6.000,00€ tem-se mantido constante ao longo dos últimos anos, tendo questionado o porquê. Em relação à rubrica de transferência dos municípios referiu que o valor inscrito é igual ao valor de 2022, 30.000,00€, contudo no auto de transferência de competências consta um valor de 26.888,06€, tendo

questionado o porquê desta diferença. Prosseguiu a sua intervenção abordando o orçamento da despesa. Referiu que a rúbrica de publicidade duplicou de valor face ao ano anterior tendo questionado que despesas estão aí incluídas e o motivo da sua duplicação. Questionou, também, o motivo do acréscimo de 2.000,00€ na rúbrica de serviços face ao ano anterior. Terminou a sua intervenção questionado que despesas estão incluídas na rúbrica apoio das famílias que tem um valor de 1.000,00€.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para esclarecer as questões colocadas. Em relação à rubrica de terrenos (6.000,00€), na receita, esclareceu que se deve à concessão de sepulturas e que é natural que essa rúbrica se mantenha mais ou menos estável ao longo dos anos. Referiu, contudo, que se trata de um orçamento previsional com base no histórico existente. Quanto às transferências do município, nomeadamente quanto ao valor de 30.000,00€, esclareceu que a Junta não recebe só o valor indicado de 26.888,06€ nos acordos de transferência de competência. Referiu que existem outros protocolos, nomeadamente o da Escola da Água, que acresce a esse valor indicado. Referiu que podem existir, também, outros acordos pontuais que acrescerão a esses valores, mas que, de forma garantida, os 30.000,00€ estão assegurados. Em relação às despesas de publicidade, o Presidente da Junta esclareceu que foram publicados, ao longo do ano, vários anúncios em jornais locais para promover atividades realizadas na freguesia, não só pela junta, mas também por associações da freguesia, tendo a publicidade sido paga pela junta. Deu como exemplos o anúncio da festa de Campizes, de atividades da Escola da Água, o anúncio da Procissão do Enterro do Senhor na Ega e o anúncio da Feira dos Enchidos de Casével. Disse que se tratava de uma forma de ajudar a promover as atividades desenvolvidas. Quanto ao aumento da rúbrica de serviços, na despesa, esclareceu que se deveu a serviços de limpeza de caminhos, nomeadamente de caminhos fechados há bastante tempo, que requerem algum tipo de maquinaria para proceder à sua limpeza e abertura, sendo necessário recorrer a serviços externos para o efeito. Quanto ao valor de despesa referente a apoio às famílias, esclareceu que se refere a uma proposta por cumprir, que em breve irá sair para consulta pública no Diário da República, que se trata do kit de natalidade, que se enquadra nesta rúbrica mencionada.

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves para colocar algumas questões relacionadas com a apresentação do orçamento. Referiu que na rúbrica de venda de produtos alimentares e bebidas, na receita, existe um valor de 2.000,00€ tendo referido que advém da Feira Anual de São Martinho tendo questionado se as contas do evento já estavam fechadas e afirmado que este valor não difere do valor dos últimos quatro anos. Questionou qual foi o valor real de receita apurada e porque não serviu de base para a atualização deste valor, tendo o Presidente da Junta respondido, de imediato, que se a deputada não sabe o valor também não sabe se o mesmo serviu de base, ou não.

A deputada Helena Gonçalves prosseguiu a sua intervenção questionando acerca das rúbricas da despesa. Questionou que despesas estão incluídas na rúbrica de artigos honoríficos e de decoração com um valor de 600,00€. Questionou qual o motivo do acréscimo de 1.000,00€, face ao período anterior, na rúbrica de material de educação, cultura e recreio que atinge um valor de 1.500,00€. Questionou que despesas estão incluídas na rúbrica outros bens, que ascende a 6.000,00€, tendo referido que a mesma duplicou de valor face ao ano anterior. Terminou a sua intervenção questionado qual o motivo do decréscimo de 3.600,00€ na rúbrica de "outros" que ascende, agora, a 2.000,00€.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para esclarecer as questões colocadas. Referiu que as contas do São Martinho já estavam fechadas e serviram de base para o orçamento. Quanto à rubrica de artigos honoríficos e de decoração esclareceu que, como os presentes tiveram

conhecimento, a Escola Básica da Ega recebeu a visita de alguns convidados externos à freguesia que levaram uma lembrança sendo que esses gastos entram na rúbrica referida. Disse, também, que existiu a necessidade de comprar bandeiras tratando-se de outra despesa que entra na rúbrica mencionada. Mais esclareceu que o valor indicado se trata de uma previsão, de uma orçamentação, com base no histórico tendo referido que no orçamento anterior existia um valor muito baixo nesta rúbrica, o qual teve de ser reforçado em virtude das compras efetuadas.

Quanto à rubrica de material de educação, cultura e recreio referiu tratar-se, essencialmente, da compra dos kits escolares. Por fim, quanto às rúbricas de outros bens, referiu tratar-se, por exemplo, da compra de *tout-venant*. Disse que, quando se trata de uma obra específica, o material é registado diretamente na rúbrica de rede viária. Quando o material não é comprado diretamente para uma obra especifica, mas sim comprado a granel para usar em várias intervenções, já passa a ser registado nestas rúbricas de outros bens. Quanto à redução de 3.600,00€ na rúbrica de "outros" na despesa, o Presidente da Junta disse que poderia depender de algum tipo de material mais específico, tendo referido que é preciso ter em atenção, também, o englobamento, ou seja, o que passa de um ano para o outro. Disse que poderiam ter feito o que fizeram no ano transato, em que mantiveram as rúbricas de despesa com combustíveis e energia, mesmo sabendo que esses gastos iam aumentar, e posteriormente reforçaram outras rúbricas no fecho de contas de 2021. Terminou, afirmando, que por vezes se trata de situações estratégicas e que, mais para a frente, aquando do fecho de contas de 2022, em função do englobamento a realizar, poder-se-ão reforçar algumas rúbricas.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para colocar algumas questões relacionadas com a apresentação do orçamento. Iniciou a sua intervenção dizendo que o serviço de abertura de sepulturas cai na rúbrica de serviços diversos tendo afirmado que, contudo, essa função é uma incumbência do assistente operacional, tendo questionado se estamos perante uma situação de duplicação de despesas. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que no orçamento da receita, na rúbrica de transferências correntes referente a participação comunitária em projetos co-financiados, estão previstos 27.630,00€ referentes ao Eco-Rupi mas que, no entanto, no ano passado, estavam previstos 31.000,00€, valor que, ainda assim, estaria abaixo do que está previsto gastar. Disse, ainda, que o que está previsto no PPI, referente a este projeto, é um valor de 36.469,50€, tendo questionado de onde virá a diferença para o valor em falta, previsto nesta rúbrica, no orçamento da receita. Questionou, também, o motivo do decréscimo de 700,00€, face ao ano anterior, na rúbrica de "outros" no orçamento da receita. Disse que é uma constante nestes orçamentos usar a rúbrica "outros". Afirmou que a rúbrica "outros" é uma rúbrica residual que só deve ser utilizada quando a receita a registar não se enquadra em nenhuma das rúbricas anteriores. Referiu que isto é citado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR). Disse, também, que esta situação, em abuso, dificulta o princípio da transparência. Concluiu a sua intervenção referindo que, na sua opinião, o orçamento da receita é um orçamento com grande dose de opacidade e muito pouco realista, com valores que transitam de ano para ano simplesmente inalterados e ignorando toda a conjuntura económica e todas as bases disponíveis para a alteração dos mesmos.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Referiu que o serviço de coveiro pode ser, também, um serviço do assistente operacional se o executivo da junta assim o decidir, nomeadamente em termos de condições e gestão de trabalho, avaliando se faz, ou não, sentido que assim seja. Referiu que a solução atual foi uma solução implementada já há muitos anos, que tem corrido muito bem tendo afirmado que, portanto, não via motivos para não seja feito assim. O Presidente da Junta mais afirmou que a questão colocada pelo deputado Amândio Cravo poderá ser colocada para todos os serviços externos subcontratados pela

Junta de Freguesia, tendo dado como exemplo o serviço de limpeza das vias, tendo afirmado que há serviços que poderiam ser feitos pelo pessoal próprio mas que, poderá dar-se o caso de a máquina estar avariada, de existir pessoal de baixa ou de tratar-se de zonas muito técnicas em que a junta não possui as máquinas adequadas e, nesse sentido, é feita a subcontratação dos serviços tratando-se de uma gestão que cabe ao executivo fazer. Mais referiu que, entre o deve e o haver, a junta tem ficado a ganhar com estas decisões. Em relação aos valores do Eco Rupi, o Presidente da Junta esclareceu que o financiamento não será a 100% existindo uma parte que competirá às freguesias envolvidas no projeto assegurar. Informou que existirá, também, uma parceria com a Câmara Municipal que irá dar alguma ajuda no financiamento do projeto. Referiu, também, que o Eco Rupi tem duas rúbricas distintas, uma referente ao equipamento em si e outra referente a toda a decoração e layout exterior, que será outra empresa a efetuar, e que poderá ter existido um desdobramento das rúbricas.

Em relação ao comentário do deputado Amândio Cravo, quanto à opacidade do orçamento, o Presidente da Junta respondeu que, quando solicitada antecipadamente, têm fornecido toda a documentação, com valores mais concretos, tendo referido ainda que parte dos contratos que foram firmados foram, inclusivamente, aprovados em assembleia. Mais esclareceu, em relação às rúbricas de "outros", que a nível informático, mesmo ao nível do próprio ERP, há valores que o único enquadramento que têm, no desdobramento de rúbricas, acaba por ser na rúbrica de "outros". Mais referiu que se existe alguma dúvida em termos de gastos, ou em termos de receitas e despesas, a porta da junta está sempre aberta para esclarecimentos, afirmando que não percebe o facto de virem agora, em assembleia, com insinuações de questões vagas e de opacidade. Mais acrescentou que ainda na última Assembleia de Freguesia, realizada em Campizes, a deputada Helena Gonçalves fez questão de dizer que a Junta até tem um Contabilista Certificado, tendo o Presidente da Junta afirmado que, de facto, têm e que o Orçamento apresentado passou por ele e foi assinado por ele.

O deputado Amândio Cravo usou da palavra para responder que as Assembleias de Freguesia têm como competência a apreciação e a fiscalização da atividade da Junta pelo que não estão a fazer nada de diferente disso. O Presidente da Junta respondeu que se trata de um orçamento que é elaborado por cabimentação e que foram reforçadas algumas rúbricas e reduzidas outras, com base no histórico e nas propostas apresentadas, tendo referido que o que está a ser apresentado é uma salvaguarda para ser possível encaixar as despesas que surgirão, daí tratar-se de um orçamento por cabimentação.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para abordar o orçamento da despesa. Referiu que na rúbrica de despesa com o pessoal existe um aumento de cerca de 6.900,00€ face ao ano anterior, o que dá cerca de mais 480,00€ mês, considerando os 14 meses. Referiu, também, que na rúbrica de gratificações existe um aumento de mais 2.600,00€ face ao ano anterior, tendo questionado qual a justificação para estes aumentos e em que rúbricas estes valores irão cabimentar. Prosseguiu a sua intervenção referindo que a despesa com o abono para falhas ascende a 1.100,00€, tendo acrescido 140,00€ (+15%), face ao ano anterior, tendo referido que, de acordo com o que foi explicado, trata-se de um subsídio para falhas de caixa inerentes ao serviço dos CTT prestado pela junta. Questionou qual foi o volume de anomalias e o montante envolvido, até ao momento, para justificar este incremento. De seguida, referiu que a rúbrica de despesa com viação rural registava um valor de 7.000,00€, tendo apresentado um decréscimo de 2.000.00€ (-29%) face ao ano anterior. Disse que se trata de um contrassenso, tendo questionado o que levou ao decréscimo desta previsão quando é evidente a dificuldade da junta em garantir a execução desta tarefa na freguesia, como atesta o reforço desta rúbrica, efetuado no mês de junho, em virtude das necessidades.

Por fim, concluindo a sua intervenção, afirmando que o orçamento da despesa é um desinvestimento na despesa de capital de 14%, a qual representa um investimento a médio longo prazo com grande impacto na melhoria das condições de vida na nossa freguesia. Referiu que, em benefício, a despesa corrente sobe 14%. Continuou afirmando que não poderiam deixar de vincar que a despesa com pessoal cresce na ordem dos 12.5%, quando a previsão da taxa de inflação média anual para Portugal se cifra nos 8% e quando a média dos aumentos salariais nem aos 8% chega. Referiu que esta rúbrica chega a pesar 46% do total da despesa corrente, ou seja, um terço do total do orçamento da junta, quando as demais freguesias apresentam um peso total entre os 22% e os 25%.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Esclareceu que o abono para falhas não é um valor fixo, mas sim um valor percentual sobre o vencimento logo, se o vencimento sobe, o valor absoluto do abono para falhas também subirá, tendo afirmado que o deputado Amândio Cravo lê os valores só por ler. Continuou referindo que não há nada que demonstre que existirá um desinvestimento na viação rural, tendo afirmado que o deputado Amândio Cravo é que retira essa conclusão, tendo esclarecido, mais uma vez, que a junta tem comprado diverso material, classificado na rúbrica de "outros", que não se destina a uma obra especifica, mas sim para várias situações tratando-se, também, de investimento na viação rural. Afirmou que se espanta que o deputado Amândio Cravo diga que as coisas são opacas, quando o executivo faz questão de enviar a informação das atividades da junta de forma detalhada e faz questão de apresentar tudo nas assembleias, com fotografias, apresentando o acompanhamento que é feito, por forma a que vejam os trabalhos que são executados. Referiu que o deputado Amândio Cravo vem falar de desinvestimento quando a junta tem melhorado condições de acesso e tem executado acessos a terrenos agrícolas tendo questionado se isso não se trata de investimento. Mais esclareceu, de novo, que existem valores que são gastos em obras gerais e que não encaixam na rúbrica de viação rural por não se tratar de uma obra especifica.

Quanto aos gastos com o pessoal, o Presidente da Junta disse que as contas também são fáceis de fazer, tendo explicado que existiu um aumento dos vencimentos. Referiu que, no futuro, se esta rúbrica aumentasse, seria bom sinal, ou seja, seria sinal que teria sido possível acrescentar mais uma pessoa ao quadro de pessoal e assim reduzir a necessidade de, pontualmente, recorrer a situações que não dão a estabilidade que se pretende, nomeadamente os contratos CEI e CEI +, tendo informado que, de momento, existem três pessoas nessa situação mas, felizmente, são pessoas muito disponíveis, sem falhas, sem faltas e com conhecimentos de trabalho, tendo relembrado que estes contratos têm um prazo de um ano e só podem ser renovados por duas vezes. Disse que, no entanto, existe uma pessoa em regime excecional que já está a fazer um terceiro contrato. Afirmou que, possivelmente, no futuro, terão de repensar a situação e abdicar de tantos contratos deste género e optar pela entrada de outro assistente operacional. Referiu que, cada vez mais, existem situações de manutenção de caminhos agrícolas e demais trabalhos de limpeza tendo afirmado que, todos nós queremos esses serviços feitos, mas depois não querem que se gaste dinheiro com o pessoal e com os serviços externos.

O deputado Amândio Cravo usou da palavra para referir que não lhes parece que a despesa com o pessoal esteja relacionada com o assistente operacional, que é o responsável pelas obras que o Presidente da Junta tinha referido.

Em relação ao PPI, o deputado Amândio Cravo afirmou que, mais uma vez, o plano apresentado, de plurianual não tem nada, representando uma carta de navegação à vista. Referiu que apresenta investimentos apenas para 2023 com alguns, inclusivamente, a transitar de anos anteriores, e com um decréscimo na rúbrica de viação rural tendo afirmado que é algo que é uma dificuldade na

nossa freguesia. Concluiu a sua intervenção dizendo que o plano apresentado é uma imagem de falta de estratégia e de visão para o futuro da nossa freguesia.

Em resposta, o Presidente da Junta questionou se o deputado Amândio Cravo lhe conseguia indicar uma estrada ou caminho rural que necessitasse de melhoria, ao que o deputado Amândio Cravo lhe respondeu que, de momento, não lhe ia indicar mas que lhe faria chegar indicação de não só uma. O Presidente da Junta afirmou que não estava a dizer que não há, tendo referido que existem e que estão identificadas, mas uma vez que o deputado Amândio Cravo estava a falar em desinvestimento poderia, também, indicar uma estrada/caminho que necessitasse de melhoria. O Presidente da Junta referiu que tem tido o cuidado de trazer, inclusivamente, um mapa com identificação dos trabalhos realizados para se perceber, também, a dispersão dos mesmos tendo questionado se têm noção do tamanho da rede viária e da área florestal da freguesia. O Presidente da Junta continuou a responder ao deputado Amândio Cravo tendo afirmado, como exemplo, que poderia colocar cem mil euros na rúbrica de viação rural, arranjava as estradas todas, mas não fazia mais nada. Referiu que o deputado Amândio Cravo tem de ter noção, também, que a questão da gestão é também uma gestão de prioridades. Afirmou que há estradas/caminhos em mau estado e outras em pior estado, mas umas têm prioridade face a outras, na questão das melhorias, porque, por exemplo, têm mais trânsito, dão acesso a mais terrenos agrícolas ou são fundamentais para o combate a incêndios, com base na carta de perigosidade de incêndios, tendo afirmado, de novo, que tudo isto é uma questão de gestão.

De seguida, tomou a palavra o deputado Paulo Gonçalves para dizer que, em relação ao facto de o assistente operacional ter de fazer o serviço de coveiro, fá-lo se ele quiser, tendo afirmado que se fosse assistente operacional não o faria pois não seria capaz de abrir uma cova. Disse que existe a função de coveiro e existem outras funções dentro da junta tendo afirmado que não faz sentido o que o deputado Amândio Cravo falou. Quanto à questão da transparência, o deputado Paulo Gonçalves referiu que não estávamos a falar de uma apresentação de contas, mas sim a discutir um plano de intenções sobre um orçamento do que deverá ser feito em 2023. Referiu que falar em transparência acerca de um plano de intenções não tem lógica. Que quando for a apresentação de contas, aí sim, poderá falar-se de transparência, ou seja, se o que está feito está correto ou não, mas que aqui não. Em relação à questão do aumento das despesas com pessoal, referiu que o quadro de pessoal da junta faz parte da função pública e que dentro da função pública existem carreiras, ou seja, de tempo em tempo as pessoas mudam de escalão, o que leva também a um aumento do vencimento.

O deputado Amândio Cravo respondeu que, em relação ao coveiro, o deputado Paulo Gonçalves não leu as funções inerentes que constam do mapa de pessoal.

De seguida, tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para referir que o abono para falhas é regulado por decreto-lei e que todas as pessoas que desempenham funções de tesouraria estão abrangidas por esse abono para falhas, não só na junta, mas, também, quem desempenha, por exemplo, funções de caixa em bancos, nos CTT, noutros serviços públicos, tratando-se de um subsídio diretamente indexado ao vencimento. Referiu que foi aqui abordada esta questão insinuando-se que o valor aumentou sem critério. Prosseguiu a sua intervenção referindo que o deputado Amândio Cravo abordou a questão dos gastos com o pessoal efetuando uma comparação percentual sem sequer ter o cuidado de comparar o número de trabalhadores que as diferentes juntas têm, comparando apenas a percentagem dos gastos com o pessoal no total do orçamento, sem ter o cuidado de comparar o total do orçamento e o número de trabalhadores. Prosseguiu a sua intervenção questionando ao deputado Amândio Cravo se haveria outras juntas com um técnico superior, como a Ega tem, afirmando que a comparação que foi feita foi uma comparação sem sentido. Concluiu a sua intervenção referindo que este executivo se tem pautado sempre por esclarecer todas as questões colocadas, tem apresentado

informação de todo o trabalho feito, tem andado no terreno, etc., tendo afirmado que vir para a assembleia com insinuações de opacidade e falta de transparência é de mau tom.

De seguida, o Presidente da Assembleia esclareceu que, se existirem dúvidas, podem sempre dirigir-se à Junta de Freguesia e pedir esclarecimentos que estão sempre disponíveis para responder.

De seguida, passou-se à votação do Orçamento e PPI tendo os mesmos sido aprovados por maioria com três votos contra do PSD.

De seguida, passou-se à votação do Mapa de Pessoal tendo o mesmo sido aprovado por maiorias com três abstenções do PSD.

Após as votações, o Presidente da Junta usou da palavra para dizer que é muito estranho existir uma votação contra sem haver uma declaração de voto.

De seguida, passou-se ao ponto seis da ordem do dia, informação do Presidente da Junta. Tomou a palavra o Presidente da Junta para informar das atividades desenvolvidas pela junta desde a última assembleia, a 30 de setembro, até ao dia 9 de dezembro. Referiu os seguintes trabalhos realizados:

- Limpeza nas localidades: Ega, Campizes, Rebolia, São Fipo, Casével;
- Limpeza de estradas municipais: Ega-Sebal e abertura de vala (Rua do Bárrio), Ega-Campizes, Campizes-Casal do Missa (cruzamento), Rebolia-Serrazina e Serrazina-Sangardão;
- Arranjo e limpeza de caminhos agrícolas e florestais: colocação de *tout-venant* na estrada agrícola da Várzea de Cima (Ega-Arrifana e Ega-Louzeirão); colocação de *tout-venant* na estrada agrícola Carreirinha-viveiros florestais; e na estrada agrícola da Rua das Sesmarias (Rebolia) com colocação de manilhas e *tout-venant*;
- Limpeza de sarjetas, valetas e valas…

O Presidente da Junta prosseguiu a sua intervenção para dizer que, anteriormente, na última assembleia de freguesia, o deputado Amândio Cravo tinha dito que a limpeza na Presa não estava efetuada. O Presidente da Junta referiu que a limpeza tinha sido efetuada, mas que, na altura da última assembleia, ainda não tinha as fotos e não colocou essa informação na apresentação tendo, agora, apresentado um mapa com um apanhado das zonas intervencionadas onde consta a limpeza efetuada na Presa.

Continuando a sua intervenção mencionou a limpeza de ruas de toda a zona central da Ega, em virtude da realização da Feira de São Martinho, a limpeza do adro da Igreja e da Capela da Ega, a limpeza e abertura do acesso e de vala no "Porto das Negras" e limpeza do caminho de acesso ao rio no Casal Do Rossio, ambos na Ega. Referiu, também a limpeza do largo da Associação da Rebolia, a limpeza das bermas da Quinta do Cangalho, a limpeza do Casal Cabo, em Casével e o arranjo, limpeza e colocação de *tout-venant* na Rua do Lar, na Arrifana.

Ao nível do associativismo, o Presidente da Junta mencionou a realização da Eco Caminhada, em organização conjunta com o Centro Desportivo de Campizes, e a realização do Eco-Trilhos da Arrifana, em organização conjunta com a Associação da Arrifana. Referiu, ainda, a doação de árvores para plantação junto à Associação de Campizes.

Ao nível da educação referiu a oferta de uma televisão ao Jardim de Infância de S. Fipo após um pedido da professora devido ao facto de que a que existia estar bastante velha e ter avariado.

Realçou, ainda, a realização do "Encontro de Gerações" com uma peça de teatro, a realização da Feira Anual de São Martinho, tendo referido o dinamismo das associações da freguesia e o facto de a feira ter sido muito concorrida; a realização da 4ª sessão do ciclo formativo "Da Vinha ao Vinho", na Arrifana, com o apoio da associação local; e a aquisição de um corta-sebes.

Concluiu a sua intervenção promovendo a realização de um concerto de natal, na Igreja da Ega, no dia 18 de dezembro, com o Choral Poliphonico de Coimbra. Disse, ainda, que iria ser enviado um postal de natal, endereçado pela Junta e pela Assembleia de Freguesia, a desejar um Feliz Natal e um próspero ano de 2023, mas também para promover e divulgar os vários serviços prestados pela Junta de Freguesia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia usou da palavra para dar os parabéns ao executivo pela informação prestada e pelo bom trabalho desenvolvido.

De seguida, o deputado Amândio Cravo solicitou a palavra para referir que, no que toca à Presa, as imagens apresentadas eram da parte alta da aldeia, mas que o que ele tinha referido, na última assembleia, era em relação ao trecho mais baixo, que vai da capela até ao IC2, tendo referido que é nessa zona que ocorrem todas as inundações tendo questionado se essa área também foi intervencionada.

O Presidente da Junta esclareceu que essa área foi intervencionada, tal como referido nessa assembleia, tendo aproveitado para dizer, ainda, que essa área diz respeito ao Relves e não à Presa, não existindo parte alta nem parte baixa. Disse que o deputado Amândio Cravo tinha falado na Presa, mas que a zona que agora refere diz respeito ao Relves, tendo esclarecido que o IC2 faz a divisão entre as duas localidades. Mais esclareceu que, na Presa, só a rua principal pertence à Ega sendo o restante pertença do concelho de Soure. Referiu, de novo, que toda a zona da Presa e do Relves foi intervencionada.

De seguida, o Presidente da Junta aproveitou, ainda, para esclarecer que tinha sido enviada documentação referente à alteração de alguns lugares. Esclareceu que existiu uma alteração de alguns lugares que não carece de aprovação da Assembleia de Freguesia tratando-se, apenas, de um ajuste tendo em conta os critérios do INE no âmbito da realização dos Censos. Referiu que isto não tem qualquer impacto ao nível de IMI, PDM, construção, CTT, números de porta, ruas, etc…Disse que esta alteração servirá, apenas, para dizer como é que a nível estatístico, de tratamento de dados dos Censos, o INE irá contabilizar o número de habitantes de cada lugar. Mais referiu que, segundo as regras do INE, só é considerado um lugar quando existe um agregado superior a dez habitações. Concluiu a sua intervenção referindo que este assunto era competência da Câmara, que quis envolver as Juntas de Freguesia, embora não tivesse essa necessidade. Disse, ainda, que o único caso em discussão foi a situação da Picota, que possui apenas quatro habitações, e que para efeitos estatísticos do INE aparece com o estado de "indefinido".

Por fim, o Presidente da Assembleia informou os presentes da morte da irmã do funcionário da Junta, Ângelo Gonçalves, tendo referido que o funeral se realizaria no dia seguinte tendo apresentado os sentimentos.

O Presidente da Junta agradeceu, por fim, à Associação de Casével pela cedência do espaço.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, o Presidente da Assembleia agradeceu aos presentes e deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presenta ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

Da reunião foi redigida a presente ata que depois de lida foi assinada.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário